Precariedade e subordinação – o caso da nova geração de advogados

António Pedro Dores CIES-IUL - apas@iscte-iul.pt

A expansão da profissionalização no período histórico da financiarização do capitalismo dominado pelo discurso único e por políticas neoliberais, é, ao mesmo tempo, um processo de proletarização da maior parte dos advogados.

Uma análise sociológica do processo e da situação deve questionar-se se e como os profissionais da advocacia se dividem entre aqueles que continuam a prosseguir, mesmo que parcialmente, os ideias profissionais de serviço ao interesse geral e à defesa dos direitos das pessoas, incluindo as com menos posses, e os que desistiram de pensar nisso – por exemplo, estudando as lutas judiciais a respeito de direitos humanos e comparando-as com o envolvimento dos advogados nas questões relacionadas com a construção de mercados e oportunidades de negócio e do impacto dessas actividades na organização da Ordem dos Advogados. Além da análise sincrónica da cristalização da estratificação social dos profissionais, uma análise histórica do modo como o mundo das profissões se foi cruzando, sob o capitalismo, com o mundo do trabalho poderá ajudar a compreender a divisão criada nas profissões pela proletarização de grande parte dos seus membros. Cristalização, a existir, paralela ao reforço pós-moderno observável dos muros sociais entre os que competem e os que sobrevivem, os que são recompensados e os que são penalizados.

Palavras chave: estratificação profissional; proletarização; advogados; capitalismo

Notas:

As corporações medievais eram organizações urbanas de mestres e aprendizes organizados de forma a viverem em conjunto em torno de artes mais ou menos secretas transmitidas na tarimba e avaliadas em função das relações sociais que eram estabelecidas dentro da corporação e entre a corporação e os mercados com os quais ela se relacionava.

O comércio e os Descobrimentos estenderam de tal modo as relações sociais daqueles envolvidos que as organizações corporativas passaram a necessitar de um estado (maior e financeiro) que as protege-se dos riscos e de vendedores agressivos, a começar no ultramar mas depois também junto dos consumidores que partilhavam com os comerciantes internacionais espaços e recursos existenciais.

Os anglo-saxónicos ainda hoje chamam corporações às empresas multinacionais, cuja organização pouco ou nada tem a ver com a organização corporativa medieval.

A industrialização começa com o sistema *putting out*, isto é, a deslocalização das actividades laborais para fora do âmbito territorial da acção das corporações, as cidades. Para mais tarde se reorganizarem sob a forma de fábricas. Deixaram de ser os empresários a ir ter com os trabalhadores com a sua matéria-prima para ser elaborada em produto e passaram a ser os trabalhadores a custear os transportes e as despesas de alojamento para terem acesso ao salário. Tal transição não se fez sem grande violência, evidentemente. Portanto, o estado que começou por apoiar o comércio com base na organização de recursos militares capazes de impor tal actividade além mar, tornou-se também utilizador da força para impor a proletarização das populações expulsas das suas anteriores formas de vida, a exploração da terra em nome da aristocracia cujo poder as submetiam.

Do lado da propaganda, com os Iluministas, ocorre a valorização do trabalho sob a forma da sua individualização (anti-corporativa, portanto) e da sua transparência (a revelação pública dos segredos dos mestres através da utilização da escrita e dos meios de publicação e divulgação entretanto criados). Esta valorização do trabalho presume o enfraquecimento das corporações – que só se darão por definitivamente vencidas na segunda guerra mundial, com a derrota dos integristas, fascistas e nazis – em favor das comunidades de trabalhadores individuais potencialmente iguais entre si (ainda hoje correspondentes à noção de senso comum sobre o que é uma sociedade, na Europa) e dos mercados de empresários individuais livres para tomarem as iniciativas que entenderem e lutarem por elas, protegidos da agressividade da luta económica por comunidades religiosas (ideia de sociedade vigente nas Américas).

A valorização individualizada do trabalho substituiu a desvalorização social do trabalho, que estava na base do recurso autorizado e recomendado à escravatura. Foi um processo histórico lento e não voluntário. Processo de que escaparam todos os que puderam, como os profissionais. Os profissionais era indivíduos mas não se confrontavam com um mercado agressivo. Ao invés, dada a natureza do seu trabalho, altamente elaborado culturalmente e imprescindível ao equilíbrio das pessoas envolvidas por dinâmicas de globalização que se lhes impunham sem terem oportunidade de entender ou conhecer o que estava a acontecer, os profissionais eram raros e tratados com deferência necessitada tanto pelas classes altas como pelas classes baixas: apoio jurídico, médico, de construção de infraestruturas, satisfazem necessidades básicas de relação com os estados violentos, com a doença, com a saúde.

As profissões são detentoras de competências altamente elaboradas e raras, porque cada pessoa ou família só precisa de as usar uma vez ou poucas vezes na vida. São competências estruturantes de sociedades cuja amplitude em espaço e tempo se transformou paulatinamente da autarcia para o cosmopolitismo.

As profissões imaginam-se intelectualmente superiores às sociedades, e ao serviço destas, independentemente das divisões de classe. São elas que promovem os valores da meritocracia para justificar a sua superioridade social relativamente aos outros trabalhadores. E se distinguem internamente como os de esquerda – activamente sensibilizados pelas misérias alheias –, os de direita – activamente empenhados em contribuir para a revolução social contra as aristocracias (direitos diferenciados segundo a condição social) e os agnósticos – motivados exclusivamente por sobreviver ou enriquecer como profissionais.

Há profissões que gozam de uma estabilidade suplementar, quando estão directamente protegidas pelos estados, como juízes, procuradores, militares, professores, pessoal de saúde, etc. Estabilidade, claro, atacada pelas políticas neoliberais actuais.

O período histórico que aparenta estar a chegar a um fim, neste final de segunda década do século XXI, a que Nancy Fraser chamou capitalismo financiarizado, caracteriza-se pela democratização das profissões e, ao mesmo tempo, a precarização do trabalho e a redução geral da massa salarial relativamente ao produto. Derrotado o corporativismo, o nacionalismo tem sido utilizado com sucesso na última década para responder à contradição entre a maior escolarização das populações, convencidas pelas ciências sociais que a escola é um ascensor social, o enquadramento simbólico de cada vez mais trabalhadores em profissões simbólicas, na medida em que a contratação colectiva e as negociações sindicais perdem influência, e a crescente precarização do trabalho mais individualizado, em condições de cooptação das oposições comunistas e trabalhistas pelos estados. A profissionalização da política, incluindo do sindicalismo, desqualificou as restantes profissionalizações, excepto as que servem os desígnios políticos de extensão da globalização ao novos patamares de diferenciação entre os trabalhadores locais e os profissionais globais, designados por Robert Reich (1991) por analistas simbólicos.